



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA – SÍNTESE DE REUNIÃO

Data: 14/07/2025

Horário de início: 15h07min

Horário de término: 17h05min

Local: Rua Borges Lagoa, 1230, São Paulo/SP

Presentes:

Representantes da APROFEM: Beatriz Fagundes, Margarida Genofre, Márcio Roberto Thomaz, Simone Assumpção

Representantes do SINDSEP: Fátima Antônio, João Gabriel Buonavita, Maciel Nascimento

Representantes da SME: Beatriz Jesus, Carlos Alencar, Gustavo Ambrósio, Lucas Lopes, Paula Guimarães, Samuel Godoy

MANIFESTAÇÕES DOS PRESENTES

A reunião foi convocada em cumprimento ao compromisso firmado no dia 11/07/2025, quando foi estabelecido um calendário de reuniões para discussão de pautas de reivindicação conjuntas das entidades. Foram convidados para a reunião, por meio de ofícios individuais, os representantes de APROFEM, SEDIN, SINDSEP, SINESP e SINPEEM. A realização da reunião também foi noticiada amplamente no sítio eletrônico oficial da SME e em seu perfil oficial no Instagram. Estiveram presentes somente os representantes de APROFEM e SINDSEP.

Em sequência, SME apresentou diagnóstico da aplicação dos critérios PDE 2024, ressaltando seu foco excessivo em assiduidade, e apresentou os critérios propostos para consideração no PDE 2025. Destacou que a proposta da SME para a nova edição do Prêmio é reduzir o foco em assiduidade individual para poder premiar o desempenho coletivo, com base no desenvolvimento das aprendizagens com equidade. Foram apresentados os critérios para educação infantil (e as diferenças entre CEI e EMEI/CEMEI), e em seguida foram apresentados os critérios para ensino fundamental e ensino médio (e as diferenças nas bonificações adicionais para diretores e coordenadores de EMEF e EMEFM) e EJA. Foram apresentados individualmente os critérios usados para as bonificações adicionais, justificando-se conceitualmente as escolhas propostas.

Entidades questionaram quais os valores propostos para cada critério. SME respondeu que os valores estão sendo avaliados pela Prefeitura dentro do limite disponível para o ano, que é um pouco maior que o valor disponível para 2024 (cerca de R\$ 480 milhões em 2025, comparados com cerca de R\$ 425 milhões em 2024), mas que o Prêmio “básico” (sem os adicionais) deverá chegar aos mesmos R\$ 7.800,00 de 2024, sem contar com as bonificações adicionais, para os casos em que os critérios forem atendidos.

Entidades sugeriram alterar a ponderação dos critérios, para valorizar mais o componente básico do PDE, beneficiando mais pessoas com valores mais altos, e questionaram a diferenciação de valores para diretores e coordenadores, em comparação com os dos demais profissionais, já que o desenvolvimento das aprendizagens é resultante de esforços coletivos de toda a equipe. Reconheceram que houve uma mudança de composição



do Prêmio, e ressaltaram que não se deve penalizar as escolas, individualmente, por baixo desempenho das aprendizagens dos estudantes. Em relação à EJA, a SME deveria incluir critérios relacionados à permanência dos estudantes. Quanto à educação integral, necessário levar em consideração os problemas colocados na proposta de expansão da modalidade. Também chamaram atenção para o grande peso de avaliações externas, que desconsideram características específicas de unidades que não pontuam bem em avaliações externas, apesar de seus trabalhos bem avaliados em outros aspectos (exemplo: Espaço de Bitita, que tem muitos estudantes falantes nativos de outros idiomas, e que teve baixo desempenho em Língua Portuguesa nas avaliações externas, a despeito de fazer excelente trabalho em outras línguas). Entidades reconhecem que o PDE está caminhando mais para o rumo de avaliar o desempenho coletivo, e menos o individual, e que isso é necessário, mas ressaltam que o Prêmio ainda precisa de um componente que olhe mais para especificidades e diversidades existentes na rede. Criticam o foco excessivo do PDE em avaliações externas: são três provas externas, saturando as escolas com esse tipo de instrumento, com efeitos que precisam ser discutidos – inclusive, em relação ao calendário escolar, que sobrecarrega as crianças com provas.

Entidades questionam se o critério de assiduidade continuará contabilizando licenças médicas como faltas que prejudicam a contabilização da frequência, para cálculo do valor a ser pago. Quanto à taxa de ocupação, questionam o fato de que há muitas unidades de educação infantil parceiras, e que isso estaria afetando a taxa de ocupação das unidades diretas, resultando em possível prejuízo no cálculo do valor a ser pago no PDE. Reiteram a discordância da aplicação de critérios diferenciados para coordenadores e diretores, pois os resultados das aprendizagens são reflexos da atuação de toda a equipe, inclusive dos empregados terceirizados de manutenção e limpeza, de forma que não é razoável individualizar uma bonificação adicional, premiando um esforço coletivo a atores individuais que não são os únicos responsáveis pelos resultados. Informam que a comunidade escolar pode ser afetada por essa desigualdade, e reiteram a crítica à contabilização das licenças médicas como itens que descontam o valor pago no PDE no critério de assiduidade. No caso específico de acidentes de trabalho, a responsabilidade pela licença é conjunta com o Município, então não faz sentido penalizar o servidor no pagamento do PDE por conta desse tipo de afastamento.

Entidades reiteram que o debate proposto da forma atual, por meio da mesa de negociações e não de informes no Diário Oficial, é salutar e deve ser reconhecido. Reivindicam a incorporação do PDE aos vencimentos dos servidores da rede municipal de educação. Consideram que a redução do peso da assiduidade no PDE é um avanço, mas só se não houver foco punitivo no cálculo do valor: não é razoável punir as pessoas que adoecem, portanto é necessário rever o desconto de licenças no critério de assiduidade. Também é fundamental promover melhores condições de acesso à saúde preventiva, e premiar práticas de saúde preventiva, em detrimento de uma política pública punitiva aos que se ausentam em razão de adoecimento. Quanto à antecipação, é essencial divulgar com antecedência a data de pagamento, para que os servidores possam se planejar, pois todo pagamento é considerado salário, necessário para pagamento das despesas familiares. Nesse sentido, pedem que, para os próximos exercícios, os critérios e a data do pagamento do PDE sejam anunciados com antecedência, desde o início do ano (exemplo: que o PDE de 2026 seja pago em julho e janeiro, e assim por diante). Reiteram o questionamento ao peso das avaliações externas e a diferenciação dos valores adicionais para diretores e coordenadores, pois isso pode gerar impacto negativo para o engajamento dos demais servidores, especialmente professores e quadro de apoio – discordam profundamente da individualização de responsabilidades por processos coletivos de aprendizagem.

Entidades sugerem a inclusão de metas do governo no PDE: quais são os indicadores territorializados/regionalizados de vulnerabilidade social, habitação, infraestrutura, segurança alimentar, entre



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

outros, que afetam positiva ou negativamente o desempenho educacional da comunidade? Atualmente, o PDE transfere para os estudantes e professores a responsabilidade por resultados que são de responsabilidade conjunta com o governo, em suas diferentes áreas de atuação. Necessário levar em consideração o que o Estado oferta no território de cada DRE. A SME ampliou a quantidade de servidores na DRE? Quais as condições de trabalho em cada DRE? Qual a proporção de temporários em cada DRE, e como isso tem evoluído em cada uma? E as remoções, como impactam o desenvolvimento das aprendizagens?

Pedem acesso aos valores de cada critério, para entender como ficará o Prêmio. Questão da taxa de ocupação e da frequência dos estudantes também chama atenção: é importante buscar a redução do absenteísmo estudantil, mas nem tudo está na esfera de governabilidade dos servidores da escola. Necessário haver um critério mais flexível, com metas anuais para cada unidade, para o ano seguinte. Além disso, questionam se os critérios para a rede parceira serão os mesmos daqueles para a rede direta, na educação infantil. Questionam o critério de bonificação para evolução de desempenho de aprendizagem, pois está muito restritivo na forma atual. Reforçam, novamente, a crítica à diferenciação dos bônus para diretores e coordenadores. Sugerem que o valor desse componente seja distribuído a todos os servidores. Ressaltam, mais uma vez, que o PDE não pode ser um instrumento que prejudique o engajamento dos servidores, e por isso insistem nesse ponto.

Entidades questionam se esta reunião é de fato uma negociação, ou se é somente uma apresentação, com tudo já definido. Samuel (SME) respondeu que já existe um processo autuado em tramitação com a proposta do PDE 2025, mas que a proposta ainda está sujeita a mudanças - inclusive, internamente, nos últimos dias - e que sim, a proposta da presente reunião é colher impressões, críticas e sugestões de mudança e aprimoramento, visando à melhoria da proposta; por isso, sim, todas as sugestões colhidas aqui serão encaminhadas ao conhecimento do Gabinete para eventual acolhimento, durante a etapa de tramitação (já iniciada), com uma devolutiva na próxima reunião já agendada. Entidades solicitam que a data do pagamento e o valor sejam comunicados com antecedência, e que o valor básico do PDE seja ampliado, pois está estagnado há quatro anos.

Perguntam qual o calendário dos próximos passos para o PDE, e quando terão uma devolutiva para tratar do assunto. Reconhecem aspectos que avançaram, mas outros preocupam, e pedem para saber sobre eles após a reunião de hoje, com destaque para CIEJA e valores dos componentes. No caso da frequência/ocupação do CIEJA, propõem que cada unidade tenha uma meta individual, e pedem a possibilidade de encaminhar uma proposta em tempo curto, desde que tenham acesso aos números de vagas e matrículas por unidade. Questionam qual o lugar do CIEJA entre as prioridades da SME. Informam que enviarão proposta para incorporação do PDE aos vencimentos e outros pontos.

Em relação ao calendário, Samuel (SME) informou que está trabalhando para ter a minuta de decreto do PDE pronta para publicação até o final de julho de 2025 (ressaltando que a edição do ato compete ao Prefeito do Município), a fim de viabilizar o pagamento da primeira parcela em agosto de 2025, conforme o protocolo de entendimento firmado com as entidades em maio de 2025, em que pese a reivindicação das entidades presentes para que seja antecipado o pagamento para julho. Quanto aos valores dos componentes e à devolutiva relacionada aos demais itens discutidos, propõe trazer informações na próxima reunião, já agendada para 21/07/2025 às 15h. Quanto à proposta de critério para avaliação da frequência/ocupação do CIEJA, SME disponibilizará dados para que enviem sugestões até 18/07/2025.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Por fim, entidades reiteraram pedido para que o prazo de reposição sem desconto dos dias de paralisação de 2025 seja estendido – Samuel (SME) respondeu que esse pedido foi negado até o momento, ao que as entidades solicitaram nova reiteração.

ENCAMINHAMENTOS

- SME trará, em 21/07/2025, mais informações sobre valores e eventual incorporação das sugestões das entidades à proposta do PDE 2025;
- SME enviará cópia da apresentação realizada durante a reunião, para as entidades presentes, com a condição de que o conteúdo não seja compartilhado;
- SME enviará até 15/07/2025 para entidades dados de matrículas e vagas de CIEJA de 2024 e 2025 para viabilizar elaboração de proposta de critério para o PDE 2025;
- Entidades enviarão até 18/07/2025, a partir dos dados disponibilizados pela SME, proposta de critério para frequência e ocupação de CIEJA no PDE 2025.